

MONTALEGRE

(Pitões das Júnias)

Localizada no Parque Nacional da Peneda-Gerês e em plena Serra do Gerês, a uma altitude de 1100 m, a freguesia de Pitões das Júnias pertence ao concelho de Montalegre, de onde dista 20 km. O seu orago é São Rosendo. A sede da freguesia é herdeira da mediévica povoação de São Vicente do Gerês, hoje abandonada, da qual sobrevivem alguns vestígios arqueológicos. A partir de Montalegre, sede de concelho, o acesso faz-se pela estrada M308. Percorridos 12 km, junto a Covelães, deve-se tomar, à direita, a estrada M513, que conduz a Pitões das Júnias. Para se chegar ao mosteiro de Santa Maria das Júnias há dois acessos: na entrada da povoação tomar, à direita, a rua do Santinho (que conduz ao cemitério e, continuando, ao mosteiro) ou, um pouco mais à frente, virar na rua de São Roque (que conduz igualmente ao mosteiro).

Mosteiro de Santa Maria das Júnias

O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DAS JÚNIAS é um dos mosteiros portugueses implantados a uma maior altitude (cota de 1030 m). Foi construído, afastado de tudo e de todos, num pequeno vale encaixado, ao lado da ribeira de Campesinho (afluente da ribeira do Beredo, que, por sua vez, desagua no rio Cávado). Alguns autores, apoiando-se em Fr. Leão de São Tomás e num suposto documento de 889, por ele citado, defenderam uma

origem, não suficientemente documentada, no século IX, nos obscuros tempos das presúrias asturianas. Fr. Leão de São Tomás pretendia que, logo em 889, o mosteiro estava filiado na regra de São Bento. Mas, como José Mattoso demonstrou, esta regra apenas penetrou no norte de Portugal no último quartel do século XI. Procurando contornar esse problema, autores como M. Cocheril ou G. Graf sugeriram que o primitivo cenóbio estivesse filiado na *regula*

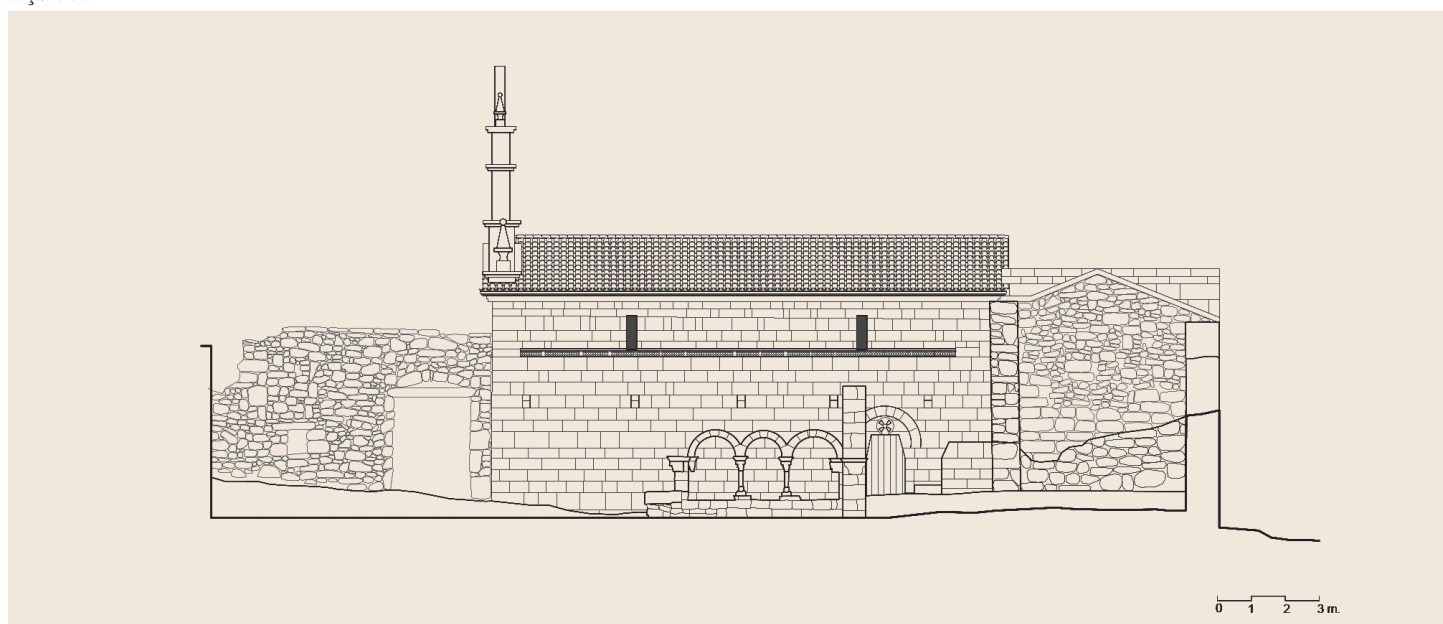


Alçado norte



Planta

Alçado sul



mixta e ligado a práticas de tradição eremítica, ao que con-
vinha o seu isolamento geográfico. A tese de uma origem
no século IX ou X seria retomada, mais recentemente, por
Deolinda Espada, que invocou dois documentos do Tom-
bo de Celanova (de 953 e de 1100) e sugeriu, a partir de
uma análise métrica do templo, uma pré-existência romana
não comprovada e improvável. Em todo o caso, no Tom-
bo de Celanova, editado por José M. Andrade Cernadas,
encontram-se referências ao *monte de Iunias* (em 936) e a
uma *archa de Iunias* (em 1100 e 1109), mas nenhum docu-
mento menciona um mosteiro de *Iunias*. Portanto, conti-
nuamos a não conhecer qualquer referência documental
com data anterior à inscrição de 1147. E não sobrevive
qualquer testemunho, arquitetónico ou arqueológico, que
possa filiar o mosteiro nesses recuados tempos (romanos
ou mesmo das presúrias astur-leonesas). Nos meados do
século XII o mosteiro encontrava-se filiado na ordem de
São Bento. Um século mais tarde, em 1248, mudou para a
ordem de Cister, ficando unido ao mosteiro de Santa Ma-
ria de Bouro, por determinação da bula do papa Inocêncio
IV, *Benigvolum et benignum*, de 23 de junho de 1248. Nessa
bula o papa é claro ao referir que o mosteiro se regia pela
regra beneditina: *quod erant Sancti Benedicti ordinem profitentes*.
A mudança para Cister foi reconhecida pelo arcebispo de
Braga, D. João Egas (1245-1255), a 21 de novembro de
1248, quando o prelado se encontrava em Chaves. Nesse
mesmo dia recebeu das mãos do abade D. João, do mos-
teiro de Santa Maria das Júnias, o couto de São Pedro de
Vilaça e outros bens, que foram entregues à sé de Braga
a título de compensação por rendimentos perdidos com



*Perspetiva
do complexo
monástico a partir
do lado sudoeste*



Alçado sul



Perspetiva
a partir do lado
oriental

a mudança de regra. Sublinhe-se que, segundo as Inquirições de 1258, o couto de São Pedro de Vilaça tinha sido doado por D. Afonso Henriques ao mosteiro de Santa Maria das Júnias, revelando que a proteção régia remontava já ao século XII. Na sequência da mudança para a regra cisterciense ficaria dependente do mosteiro de Santa Maria de Oseira (Orense). Não tem, por isso, fundamento a atribuição do mosteiro de Santa Maria das Júnias à ordem de Cister e ao mosteiro de Oseira desde a sua fundação, como sugeriu Fr. Maria Damián Yañez Neira, apoiando-se em Fr. Tomás de Peralta (1677). A filiação na nova ordem foi um acontecimento dos meados do século XIII, o que é um dado importante para a compreensão da sua arquitetura românica, toda ela erguida durante a fase beneditina do mosteiro. A mudança para a família cisterciense permitiu que o mosteiro das Júnias fosse um dos beneficiados pelo testamento de D. Afonso III, ditado em 23 de novembro de 1271 e executado na sequência da morte do monarca, em 1279. No *Registo da Décima* de 1320, publicado por S. Boissellier, o mosteiro das Júnias surge taxado com 275 libras. Entre 1484 e 1501 era seu abade Fr. Gonçalo Coelho, que granjeou fama de santo, chegando a receber culto. Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida sublinhou, a vida deste cenóbio deve ter sido sempre modesta e difícil,

apoiando-se numa economia de magros recursos, essencialmente de montanha e de pastorícia. Arredado dos grandes itinerários viários e perdido entre montanhas, o seu isolamento geográfico não facilitou o desenvolvimento da comunidade monástica, que foi sempre muito limitada. Nos inícios do século XVI entrou em decadência e, por volta de 1520, quando era seu comendatário Fr. Estêvão da Costa, encontrava-se abandonado e reduzido à condição de templo paroquial. Por isso ele foi omitido no *Numeração Geral* de 1527-31. Em 27 e 28 de janeiro de 1533, o abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, visitou o mosteiro. O seu secretário, Claude de Bronseval, autor da *Peregrinatio Hispanica*, descreve o estado de ruína a que o mosteiro chegara, revelando que o abade promoveu o restauro da vida monástica. Foi extinto em 1834, tendo o seu último monge, Fr. Benito Gonçalves, falecido em 1850.

O acesso medieval ao mosteiro fazia-se por uma calçada que, prolongando o acesso pela atual rua de Santinho, regularizava o troço final do caminho, na zona de maior pendor. Ainda hoje são bem visíveis os testemunhos desse acesso empedrado, que, no entanto, se ressentia da ausência de obras de conservação.

Erguido num pequeno plateau delimitado pela ribeira de Campesinho, o mosteiro de Santa Maria das Júnias



Restos do claustro

é uma estrutura modesta que lutou, ao longo dos tempos, com o progressivo assoreamento da sua plataforma, certamente resultado dos degelos de primavera, quando a ribeira de Campesinho trazia maior caudal. O templo apresenta uma planta muito simples, composta por dois corpos retangulares: a capela-mor e a nave. Não tem transepto diferenciado, como era usual nas plantas de matriz monástica, o que se explica por três fatores: pelos modestos meios à disposição dos monges, pela reduzida dimensão da sua comunidade monástica e pelo seu isolamento geográfico, que tornaria esporádica a presença de elementos estranhos à comunidade monástica durante os ofícios litúrgicos. Na capela-mor o sistema de cobertura é um telhado de pendor único, orientado no sentido sul-norte. Este telhado resulta da reforma moderna, do século XVIII, sendo visível, na parede leste da capela-mor, os vestígios do primitivo sistema de cobertura, gótico, com duas águas. Um primitivo modilhão, que ainda se preserva *in situ*, permite verificar que a cota do telhado foi alteada duas fiadas de silhares. Uma cruz de empena, gótica, continua a assinalar a cumeeira da primitiva cobertura. Na nave adota-se o usual telhado de duplo pendor ou duas águas. O templo apresenta três portas: a axial, voltada a ocidente, e duas portas laterais, rasgadas nas paredes norte e sul. A norte do

templo desenvolve-se um pequeno espaço que foi, outrora, cemitério. No lado sul apresenta as ruínas de um pequeno claustro, com duas alas de compartimentos (leste e sul) que se desenvolviam em dois pisos.

A capela-mor do templo é um espaço retangular simples que resulta de uma reforma gótica, imposta pela paulatina subida do terreno. Na parede leste rasga-se uma grande janela mainelada, de arco quebrado e moldura torreada simples, com motivo trifólio vazado no arranque dos dois arcos interiores. O vão foi reduzido, em Época Moderna, sendo entaipado e dando lugar a uma janela retangular de dimensões mais modestas. Duas fiadas de silhares abaixo dessa janela são visíveis os vestígios da primitiva fresta românica, de que sobrevivem as duas bases onde se apoiavam os colunelos e o arranque da abertura retangular. Na parede voltada a norte rasga-se uma janela idêntica, de tipologia gótica, que reaproveita, em baixo, uma escultura em granito representando um monge. As suas dimensões impedem que esta escultura tivesse função funerária. Como referimos, toda a capela-mor resulta da reforma gótica.

O corpo da nave preserva-se mais fiel à fábrica românica. As duas portas, que se rasgam nas paredes laterais, apresentam a sua estrutura românica, embora mutilada durante intervenção posterior. O portal voltado a norte,



Portal sul

de aduelas lisas, apresenta um arco de volta perfeita que abriga um tímpano com cruz inserta em círculo e vazada. O tímpano apoia-se sobre lintel assente em dois cachorros semelhantes aos do portal ocidental. Posteriormente, numa resposta à progressiva subida de cota do terreno pelo assoreamento, o lintel foi cortado, sobrevivendo hoje apenas os seus arranques. Os cachorros foram igualmente truncados. Conseguiu-se, assim, recuperar um pé-direito adequado à nova cota do pavimento do interior da igreja. Na parede voltada a norte, à direita da porta lateral e na mesma fiada das suas impostas, foi gravada uma inscrição onde se lê:

Era M^a C^a 2 XXXV^a

A inscrição foi gravada ao longo de dois silhares, o que revela que foi criada depois da parede estar erguida. Trata-se do mais antigo testemunho documental datado que se conhece e preserva para este mosteiro. A Era Hispânica de 1185 (com o L grafado na forma uncial, semelhante a um 2) corresponde ao *Anno Domini* de 1147. A inscrição, coeva do cerco e conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, talvez comemore a fundação da instituição monástica beneditina (como já sugerira Fr. Claude de Bronseval, em 1533) ou a sagração da sua obra românica. Um pouco



Portal oeste

acima dela, a meia altura da parede norte da nave, são visíveis cinco mísulas, para apoio de uma estrutura de alpendre, em madeira, hoje ausente. E, duas fiadas acima delas, corre um friso geométrico, com losangos tratados em dois planos. Sobre este friso apoiam-se as duas frestas que se rasgam na parede norte e que iluminam o espaço interior. O mesmo programa desenvolve-se na parede sul da nave, onde encontramos um portal idêntico ao portal norte, com tímpano dotado de cruz vazada apoiando-se sobre lintel. Neste, originalmente, podia-se ver o tema das serpentes enleadas, mordendo-se mutuamente, comum no românico beneditino da zona de Rates-Braga, e cujo protótipo se pode admirar em São Pedro de Rates (Vd. Ficha). Mas o paralelismo entre as fachadas laterais norte e sul não se circunscreve apenas aos portais. Na parede sul voltamos a encontrar o mesmo friso com losangos, tratados em dois planos, o mesmo número de mísulas para apoio de alpendre e o mesmo número de frestas. Estas sucessivas concordâncias revelam a unidade construtiva que a nave de Santa Maria das Júnias evidencia, fruto de uma única empreitada. O remate das duas paredes laterais das naves, em cornija, é obra moderna, que substituiu a cachorrada românica.

Na fachada ocidental rasga-se um portal românico que, embora abdique de capitéis e colunas, é escalonado

e obedece, em tudo o mais, ao programa do românico beneditino bracarense. As aduelas interiores, que contornam o tímpano, são lisas. As da segunda arquivolta ostentam o tema das pontas de lança, apoiando-se sobre um toro. As aduelas são rematadas por um friso com tripla moldura torreada rematada por fitas listadas dobradas em zig-zag (o tema do "ruban plissé"). As aduelas do portal repetem-se com os mesmos motivos na face interna da parede, mas o friso exterior, de remate, está ausente no interior do templo. O tímpano, de volta perfeita, apresenta uma cruz românica inserta em círculo, vazada, acompanhada, lateralmente, por três orifícios circulares vazados, dispostos em triângulo. O lintel, sobre o qual se apoia o tímpano, tem motivos vegetalistas definidos a compasso. As impostas ostentam o tema bracarense das palmetas ou dos "corações invertidos", que se prolongam para além das impostas, em toda a extensão da fachada, formando um friso. O portal de Santa Maria das Júnias recorda, assim, o portal ocidental de São Martinho de Manhente (Barcelos), data-do epigraficamente de 1117, ou o tema do arco triunfal de

São Cláudio de Nogueira (Viana do Castelo), da primeira metade do século XII (circa 1145) (Vd. Fichas). Por cima do portal ocidental de Santa Maria das Júnias são visíveis seis encaixes, em negativo, para uma estrutura de alpendre, em madeira. Um pouco acima, rasga-se uma fresta retangular que foi alterada com a reforma moderna, mas cujo intradorso revela fábrica medieval. Coroando a empena ocidental ergue-se um campanário destinado a albergar dois sinos, hoje ausentes, que, tal como os pináculos extremos da fachada ocidental e o remate das paredes em cornija, retratam uma intervenção do século XVIII, ao gosto barroco. Será, provavelmente, coeva da reforma das dependências claustrais, obra de Época Moderna, executadas num momento de algum desafogo económico desta instituição monástica.

O claustro sobrevive arruinado. Restam apenas os três primeiros arcos da quadra central, voltados a nordeste e paralelos ao templo. Apesar do seu estado de ruína, os testemunhos sobreviventes permitem reconstituir a modelação deste espaço e a dimensão das galerias laterais. A

Interior da igreja. Vista a partir do lado oeste



quadra central teria 10,4 m de largura e as galerias adotavam entre 7,0 e 7,2 m de largura. Os três arcos sobreviventes são de volta perfeita. No entanto, os seus capitéis, vegetalistas, denunciam uma cronologia já com influências góticas, talvez contemporânea dos primeiros anos da fase cisterciense de Santa Maria das Júnias. Na parede sul da nave são visíveis cinco cachorros ornamentados, possivelmente relacionados com alguma estrutura anterior ao claustro ou com o apoio da sua cobertura. As dependências claustrais, que hoje se desenvolvem em duas únicas alas (a leste e a sul), arrancam, junto do templo, com a zona da Sacristia e Sala do Capítulo (no rés-do-chão) e com os alojamentos do abade e três celas destinadas aos monges (no 1º andar) e terminam, no extremo ocidental da ala sul, com a zona da cozinha. Tudo deve resultar da campanha de obras de 1727.

Penetrando no templo, o seu espaço, austero, apresenta evidentes testemunhos da reforma gótica na zona da capela-mor, bem patentes na abóbada de cruzaria de ogivas e no arco triunfal, com impostas dotadas de esferas, que espelham uma reforma realizada no século XIV ou XV. Na parede lateral sul vê-se uma porta, hoje entaipada, que garantia acesso à Sacristia. Boa parte da parede leste da nave, na qual se rasga o arco triunfal, preserva a sua forma românica, como se documenta pelo friso de bilhetes implantado na 13ª fiada de silhares (à mesma cota que os frisos das paredes laterais da nave), ou na fresta que coroa o arco triunfal, delimitada por toro diédrico, solução de influência limousina que contaminou o foco do românico português.

As paredes da nave apresentam, em toda a sua extensão e à cota da 13ª fiada de silhares, um friso ornamentado com temas geométricos tratados em dois planos (onde imperam os losangos, os bilhetes e as linhas em zig-zag). Replicam, portanto, o friso que se pode admirar, à mesma cota, nas faces externas das mesmas paredes e prolongam o friso que se desenvolve na parede leste da nave, por cima do arco triunfal. Apoiando-se sobre este friso das paredes laterais abrem-se as quatro frestas que iluminam o interior do templo, duas em cada parede, com aduelas lisas. A porta lateral norte apresenta aduelas igualmente lisas e as impostas ornamentadas (com corações invertidos na imposta do lado esquerdo e losangos na imposta do lado direito). A porta lateral sul opta por impostas com o tema bracarense dos corações invertidos (lado esquerdo) e motivos geométricos (lado direito). Nos dois portais, as aduelas apresentam-se lisas. A parede ocidental revela, na face interna, alguns desfasamentos em relação às paredes laterais, o que se sente ao nível dos frisos. Com efeito, e ao contrário das paredes laterais, que possuem um único friso que se liga

ao da parede leste, a parede ocidental ostenta dois frisos: um, com o tema das pontas de lança, que se desenvolve na 8ª fiada de silhares, à cota das impostas, e que se prolonga em toda a extensão da parede; outro, com bilhetes, que se implanta na 15ª fiada de silhares, ou seja, duas fiadas acima dos frisos das paredes laterais. O tema das pontas de lança, que já tinha sido utilizado nas arquivoltas exteriores do portal ocidental, é de novo aplicado nas segundas aduelas da face interna deste portal (sendo as primeiras aduelas, que se apoiam no tímpano, lisas). O friso superior, com bilhetes, foi cortado, ao centro, com a abertura da fresta da fachada ocidental, uma abertura abocinada com remate em volta perfeita.

Desde o restauro promovido pela DGEMN, o interior deste templo apresenta-se vazio, aspeto que apenas é quebrado por três altares de talha (um na capela-mor, dois na nave), por um púlpito de granito, barroco, implantado na parede norte, e por uma pia de água benta, também posterior à Idade Média, no ângulo sudoeste da nave. No recinto do mosteiro sobrevivem, avulsas, algumas pedras interessantes. Salientemos um sarcófago antropomórfico, que repousa na ala norte do claustro, encostado ao templo; um fragmento de capitel vegetalista, eventualmente proveniente das desaparecidas arcadas do claustro; um fragmento de relevo românico correspondente à parte inferior de um leão atlante; e, sobre o portão do muro norte, de acesso ao cemitério, dois supedâneos de sarcófago, com representações de carneiros, solução de influência galega.

Texto: MJB/MLB - Fotos: CG/MS/MSch/FSMLR
Planos: GM/MS/NB (sobre SIPA-DGPC/EAUM)

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F., 1978a, II, pp. 249-252; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, III, pp. 70-71; ALMEIDA, C.A.F., 2001, I, p. 137; BARREIROS, F.B., 1920, p. 87; BARROCA, M.J., 1994a, pp. 417-443; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 86 (de 1147); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 102 (de 1147); BOISSELLIER, S., 2012, p. 159; BRONSEVAL, C., 1970, pp. 549-551; BULÁRIO BRACARENSE 1986, p. 63; COCHERIL, M., 1978, pp. 50-55; COSTA, J.G., 1987, pp. 122-123; ESPADA, D., 2008; FONTES, L., 1981, pp. 322-334; GRAF, G., 1986-87, II, pp. 265-266; GUERREIRO, M.V., 1981, p. 306; LFIDEI, doc. n.º 903 e doc. n.º 904 (de 1248, novembro, 21); LIMA, A.C.P.S., 2000, pp. 615-632; LOVEGROVE, S., 2013; MARQUES, J., 1988, pp. 628-629 e 698; MARQUES, M.A.F., 1991, p. 175; MAURÍCIO, R.P.D., 2000, pp. 605-614; MEM. PAROQ. 1758 (2006), pp. 352-353; ROSAS, L.M.C. e BOTELHO, M.L., 2010, pp. 155-166; SÃO TOMÁS, Fr. L., 1644-51 (1974), pp. 92-95; SOUSA, B.V., 2005, pp. 106-107; TCELANOVA, 1995, doc. n.º 33, doc. n.º 58 e doc. n.º 298; YAÑEZ NEIRA, M.D., 1978a, pp. 53-90; YAÑEZ NEIRA, M.D., 1978b, pp. 290-320; YAÑEZ NEIRA, M.D., 1983, pp. 357-367.